

Estado de Mato Grosso

EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 113/2022 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 35/2022

1. PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Nobres-MT, por meio de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 179/2019, com endereço à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Nobres-MT, Cep 78460-000, CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, torna público a abertura do Processo Licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 35/2022, do Tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÕES GEOLÓGICAS ATRAVÉS DE SONDAGEM ROTATIVA, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT, conforme especificações constantes neste edital e seus anexos, parte integrante deste Edital.

- **1.1.** O procedimento licitatório obedecerá integralmente à legislação que se aplica a modalidade Pregão, sob a égide da Lei Federal nº 10.520/02, o Decreto Federal nº 3.555/00, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. O horário de credenciamento dar-se-á das 13h30min às 14h (Horário de Mato Grosso/MT) do dia 19/09/2022.
- **1.3.** A entrega da proposta leva a participante a aceitar e acatar as normas contidas no presente Edital.
- **1.4.** Toda legislação mencionada encontra-se à disposição na Sala da Comissão de Licitações para consulta de quaisquer interessados.
- **1.5. Local do Pregão:** Sala de Licitação na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, com endereço na Rua Ludagardes Hoffmann Riedi, s/nº, Bairro Jardim Paraná.

2. ÓRGÃO REQUISITANTE

2.1 Secretaria Municipal de infraestrutura.





Estado de Mato Grosso

3. OBJETO

3.1 Constitui objeto do presente edital para REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÕES GEOLÓGICAS ATRAVÉS DE SONDAGEM ROTATIVA, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT, conforme especificações constantes no <u>Anexo I</u>, Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- **4.1.** A sessão deste Pregão será pública e realizada em conformidade com este Edital na data, horário e local indicado no Preâmbulo.
- **4.2.** Poderão participar deste Pregão, as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos às condições de habilitação estabelecidas no Título IX deste instrumento convocatório.
- **4.3.** Participarão da Sessão Pública do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS os representantes efetivamente credenciados.
- **4.4.** Não será admitida nesta licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:
- **4.4.1.** Suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Nobres-MT, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com Prefeitura Municipal de Nobres-MT, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- **4.4.2.** Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição em consórcio;
- 4.4.3. Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- **4.4.4.** Com falência ou concordata declarada por sentença judicial, em liquidação judicial ou extrajudicial;





Estado de Mato Grosso

- **4.4.5.** Que tenha funcionário ou membro da Administração da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, Estado de Mato Grosso, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico;
- **4.4.6.** Empresa inadimplente com a Prefeitura Municipal de Nobres-MT ou cujo(s) sócio(s) ou diretor(es) tenha(m) participado de outra empresa que, também, se tornou inadimplente com a Prefeitura Municipal de Nobres-MT;
- **4.4.7.** Empresa que comprovadamente por sua culpa não tenha cumprido integralmente Contrato ou Ata de registro de preço com a Prefeitura Municipal de Nobres-MT, independentemente do objeto contratado.
- **4.4.8.** Presente quaisquer dos impedimentos estabelecidos no art. 9º da Lei Federal 8.666/1993.
- **4.4.9.** Que constem nos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade Conselho Nacional de Justiça CNJ, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) Controladoria Geral da União e Cadastro de Inidôneos do TCU.
- **4.5.** A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.
- **4.6.** Sob pena de desclassificação, os interessados em participar do presente pregão deverão trazer, juntamente com a documentação original, as fotocópias da mesma. Caso estas não estejam autenticadas, a mesma poderá ser feita pelo pregoeiro, mediante comparação com as originais.
- **4.7.** Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços.

5. DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO EDITAL

5.1. As empresas interessadas em participar do certame licitatório em epígrafe, deverão estar atentas às informações que o Pregoeiro poderá colocar no site https://www.nobres.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Pregao-presencial/, a qualquer momento, em virtude de esclarecimentos, erratas ou outras informações relevantes acerca do





Estado de Mato Grosso

processo licitatório em curso.

6. CREDENCIAMENTO

- **6.1.** Para o credenciamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- **6.1.1.** Se proprietário, sócio ou assemelhado da empresa: <u>estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial</u>, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. Se empresa individual: o registro comercial, devidamente registrado. Os documentos deverão ser apresentados no original ou com cópia autenticada.
- **6.1.2.** Tratando-se de procurador, a <u>procuração por instrumento público ou particular</u>, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a" supra, que comprove os poderes do mandante para a outorga, com firma reconhecida, ou;
- **6.1.3.** Documento equivalente (<u>Termo de Credenciamento Modelo/Anexo III</u>) da licitante, com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Pregão, notadamente para formular proposta, lances verbais, declarar a intenção de recorrer ou renunciar ao direito de interpor recursos, com firma reconhecida.
- **6.1.4.**Em se tratando de microempresa ME ou empresa de pequeno porte EPP, a comprovação desta condição será efetuada mediante apresentação de declaração de que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, (Anexo IV Declaração de enquadramento como beneficiária da Lei Complementar 123/2006) acompanhada da certidão simplificada expedida pela Junta Comercial (Conforme Instrução Normativa n.º 103, art. 8º do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, publicada no DOU de 22/05/2007).
- **6.1.4.1.** A apresentação da certidão referida no item anterior deverá ocorrer quando do credenciamento, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar n.º 123/2006.





Estado de Mato Grosso

- **6.1.4.2.** A certidão deverá ter sido emitida nos 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data prevista para o recebimento dos envelopes contendo "Proposta" e "Documentação", sob pena de não aceitabilidade.
- **6.1.4.3.** A consulta de optante pelo Simples Nacional não substitui a Certidão da Junta Comercial.
- **6.1.5.** No momento do seu credenciamento, a Licitante deverá apresentar declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos da habilitação, conforme modelo deste Edital (Anexo V Declaração de Habilitação).
- **6.1.6.** Apresentar declaração atestando que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista. (**Anexo VI Declaração de não parentesco**).
- **6.1.7.** A empresa interessada, por intermédio de seu representante legal ou de pelo menos um de seus responsáveis técnicos, deverão realizar visita técnica, tendo em vista que é condição necessária, para que os dados existentes e softwares de GIS existente na prefeitura sejam plenamente integrados, podendo realiza la durante todo o período do certame (compreendido entre a publicação e a abertura das propostas), visando constatar as condições e peculiaridades inerentes a sua execução.
- 6.1.7.1 A Declaração de Visita Técnica deverá ser emitida pela própria empresa conforme anexo X deste edital, e deverá ser juntada à Documentação de Habilitação.
- 6.1.7.2 <u>Caso a licitante não queira realizar a visita, deverá apresentar declaração formal assinada pelo seu Representante Legal e Responsável Técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Município.</u>
- 6.1.7.3. A fase do Credenciamento se encerrará com a abertura dos envelopes de Proposta;
- 6.1.7.4. Após abertura da proposta não será admita a inclusão de novos participantes.





Estado de Mato Grosso

6.2. Das Situações Especiais no Ato do Credenciamento:

- **6.2.1.** Se o reconhecimento de firma estiver em nome da pessoa física, o instrumento deve estar acompanhado do ato constitutivo da empresa (Estatuto/Contrato Social), que comprove a legitimidade do outorgante.
- **6.2.2.** Se o reconhecimento de firma estiver em nome da pessoa jurídica (empresa licitante), fica dispensada a apresentação do ato constitutivo, vez que o cartório já o terá examinado e verificado a legitimidade do signatário.
- **6.2.3.** O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto.
- **6.2.4.** A ausência do representante em qualquer momento da sessão importará a imediata exclusão da respectiva credenciada, salvo autorização expressa do Pregoeiro. A falta ou incorreção dos documentos mencionados para o credenciamento não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de manifestar-se na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório, enquanto não suprida a falta ou sanada a incorreção.
- **6.2.5.** A licitante que não apresentar os documentos de credenciamento ficará impedida de manifestar-se durante a sessão, mas se a sua proposta escrita estiver em conformidade com as condições estabelecidas neste edital, ela será recebida.
- **6.2.6.** Na hipótese dos documentos que comprovam a regularidade da outorga de credenciamento (estatuto, contrato social, etc.), assim como a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação ou quaisquer outros documentos referentes à fase de credenciamento que, por equívoco, estejam dentro do envelope de "Habilitação", poderão ser retirados do respectivo envelope, pelo próprio representante, que procederá o novo lacre do mesmo.
- **6.2.7.**6.2.7Na fase de credenciamento será permitido ao representante da licitante tirar as cópias de documentos necessários, porventura colocados no envelope de habilitação.
- 6.2.8 O Pregoeiro ou a Equipe de Apoio poderá conferir os documentos referentes ao credenciamento antes da abertura da sessão e lançar o respectivo carimbo de "confere com o





Estado de Mato Grosso

original".

- 6.2.9 Não precisam de termo de credenciamento e/ou de procuração: o sócio-gerente, o administrador eleito, o proprietário ou assemelhado, devendo estes apresentar os documentos previstos no item 6.1.1.
- 6.2.10 Os documentos que credenciam o representante deverão ser entregues separadamente dos envelopes de números 01 e 02.
- 6.2.11 Serão admitidos envelopes enviados por remessa postal, desde que devidamente identificados dentro das normas estipuladas no presente Edital, lembrando que a ausência de representante implica a decadência dos direitos às etapas de lances, negociação e recursos.

7 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 7.2 A sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida por um Pregoeiro, em conformidade com este Edital e seus anexos, no local e horário determinados no preâmbulo deste edital.
- 7.3 Declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro e, após o recebimento do Credenciamento, o(s) representante(s) da(s) licitante(s) apresentará(ão):
- a) Os envelopes contendo a(s) Proposta(s) de Preços;
- **b)** O envelope contendo os Documentos de Habilitação. Enquanto durar a fase de credenciamento, junto ao sistema, será permitida a inclusão de novos licitantes. A partir do momento que o Pregoeiro declarar encerrada a fase de credenciamento, não serão mais admitidos novos licitantes.

ENVELOPE N.º 1 - PROPOSTA DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 35/2022
LICITANTE: CNPJ/MF:
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO





Estado de Mato Grosso

PLANIALTIMETRIA PARA ATENDER AS DEMANDAS DESTA SECRETARIA POR UM PERIODO DE 12 MESES

ENVELOPE N.º 2 - DOCUMENTOS HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 35/2022
LICITANTE:
CNPJ/MF: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇO DE SONDAGEM DE SOLO, SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA E
PLANIALTIMETRIA PARA ATENDER AS DEMANDAS DESTA SECRETARIA POR
UM PERIODO DE 12 MESES.

- **8.1.** O envelope "Proposta de Preço" deverá conter a proposta de preço da licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:
- **8.1.1.** A Proposta de Preços deverá ser apresentada em formulário próprio contendo as mesmas informações exigidas no termo de referência, assinado por quem de direito, em 01 (uma) via, no idioma oficial do Brasil, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, constando o preço de cada item, expresso em reais (R\$), com 02 (dois) dígitos após a vírgula no valor unitário, em algarismos arábicos, conforme mencionado acima, devendo todas as folhas ser rubricadas (Modelo Anexo II).
- **8.1.2.** Apresentar preços completos, expresso em reais, em algarismo nos itens e, em algarismo e por extenso, no valor total, computados todos os custos necessários para o atendimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais,
- comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, garantias e quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado e constante da proposta.
- **8.1.3.** Constar preço unitário e total de cada item, bem com o valor total ofertado, sendo que o preço unitário deverá ser composto apenas de 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Em caso de divergência entre os valores unitário e total, serão considerados os primeiros e, entre os expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.
- **8.1.4.** Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar





Estado de Mato Grosso

preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser fornecidos sem ônus adicionais.

- **8.1.5.**O prazo para a entrega dos serviços deverá ser de acordo com o cronograma estipulado pela Secretaria solicitante.
- **8.1.6.** Somente será aceito um preço para cada item;
- **8.1.7.** Constar prazo de validade das condições propostas não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de apresentação da proposta. Não havendo indicação expressa, esse prazo será considerado como tal.
- **8.1.8.** Indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente irá fornecer o objeto da licitação, endereço completo, telefone, *fac-símile* e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, número da conta corrente bancária e agência respectiva. Os dados referentes à conta bancária poderão ser informados na fase da contratação.
- 8.1.9. Número deste Pregão.
- **8.2.** Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão às da proposta. Ocorrendo divergência entre o valor unitário e total para os itens do objeto do edital, será considerado o primeiro.
- **8.3.** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- **8.4.** A Proposta de Preços será considerada completa, abrangendo todos os custos com a entrega do objeto licitado, conforme disposto nos itens 8.1.1; 8.1.2 e 8.1.3 deste Edital.
- **8.5.** Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste ato convocatório.
- **8.6.** A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste edital.
- **8.7.** Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, condições de pagamento, prazos ou outra condição que importe em modificação dos termos





Estado de Mato Grosso

originais ofertados.

- **8.8.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- **8.9.** Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica em submissão a todas as condições estipuladas neste edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação federal mencionada no preâmbulo deste edital.
- **8.10.** O Pregoeiro considerará como formal: erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique em nulidade do procedimento.
- **8.11.** A proponente deverá manter o valor da proposta registrada por no mínimo 60 (sessenta) dias, sob pena de incidir nas sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002.

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. Será considerada habilitada a proponente que apresentar os documentos relacionados nos subitens abaixo, desde que atendidos os requisitos especificados nas observações deste item.

9.2. Habilitação Jurídica

- **9.2.1.** Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;
- **9.2.2.** Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- **9.2.3.** Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício;
- **9.2.4.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.





Estado de Mato Grosso

Obs.:Os documentos relacionados nos subitens 9.2.1. a 9.2.3 não precisarão constar no envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

9.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- 9.3.1A documentação relativa à Regularidade Fiscal e trabalhista consistirá na apresentação dos seguintes documentos:
 - a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda, atualizada;
 - b) Certidão de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão conjunta dívida ativa da União, Contribuições Federais e INSS);
 - c) Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser certidão conjunta de pendências tributárias e não tributárias junto à SEFAZ e à PGE, sendo expedida pelo site: www.sefaz.mt.gov.br;
 - d) Certidão Negativa de Dívida referente a Tributos Municipais da sede do licitante, incluindo a Dívida Ativa, fornecida pela Prefeitura Municipal;
 - e) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
 - f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, (Instituída pela Lei nº. 12.440, de 2011), expedida gratuita e eletronicamente (www.tst.jus.br ou www.csjt.jus.br e tribunais regionais do trabalho na internet);
 - g) ALVARA DE FUNCIONAMENTO que contemple o comércio a exerce suas funções durante o exercício vigente.

9.4. Qualificação Econômico-Financeira





Estado de Mato Grosso

- **9.4.1.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, mencionando expressamente, em cada balanço, o número do livro Diário e das folhas em que se encontra transcrito e o número do registro do livro na Junta Comercial, de modo a comprovar a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.
- **9.4.2.** balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social devidamente publicados na imprensa oficial, tratando-se de sociedades por ações;
- **9.4.3.** Se a licitante tiver sido constituída a menos de 1 (um) ano, a documentação referida nos itens "b" e "c" deste item VI deverá ser substituída pela demonstração contábil relativa ao período de funcionamento.
- **9.4.4.** Certidão negativa de <u>Falência e Concordata</u>, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.
- **9.4.5.** Certidão CGU: https://certidoes.cgu.gov.br/
- **9.4.6.** As proponentes deverão exibir declaração em papel da empresa, firmada pelo responsável legal, com indicação do nome, cargo e RG, atestando, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo à sua habilitação, bem como a situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo sugerido no Anexo VII Modelo de Declaração.

9.5. Qualificação Técnica

9.5.1. Aptidão:

a) A empresa deverá apresentar atestado de capacidade técnica para comprovar a sua efetiva execução em desempenhos anteriores ou atuais, de forma satisfatória, equivalentes, compatíveis e pertinentes em complexidade, operacional do objeto licitado, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando por pessoa jurídica privada o mesmo deverá estar com a firma reconhecida





Estado de Mato Grosso

- em cartório (o que poderá ser matéria de diligências pela licitante, sobre os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado);
- **b)** Os atestados somente serão válidos se pelo menos um dos profissionais responsáveis pelos trabalhos descritos, fizer parte do quadro permanente da empresa;
- c) No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.
- d) A empresa participante deverá estar credenciada no Ministério da Defesa nos termos do Decreto Lei 1.177/71 e Decreto Lei 2278/97, na categoria "C", como empresa especializada para serviços de aerolevantamento, para execução do contrato.
- e) Caberá a empresa participante, apresentar Portaria emitida pelo Ministério da Defesa constando a referida classificação.

9.5.2. Registro Profissional:

- a) Comprovação de registro e regularidade com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da empresa licitante e do responsável técnico, que coordenará a execução do objeto, com validade na data da apresentação, considerando o cunho proeminentemente de Geoprocessamento dos trabalhos em objeto;
- b) Em se tratando de registros ou inscrições fora do Estado de Mato Grosso, deverão apresentar, além da alínea acima, declaração expressa, se comprometendo, se vencedora do certame, a proceder ao visto do registro ou a registrar-se junto ao Conselho Regional do Estado de MT.
- c) Certidão de Registro/inscrição e regularidade na entidade profissional competente, do responsável técnico da proponente interessada.

9.5.3. Infraestrutura:

a) A empresa deverá apresentar declaração afirmando que possui instalações,





Estado de Mato Grosso

aparelhamento adequados e disponíveis, com respectivo inventário, para a realização do objeto da licitação, bem como a comprovação da qualificação dos membros da equipe de trabalho, integrantes do quadro de funcionários indicação para a administração do projeto, que se responsabilizará pelos trabalhos, tudo nos termos da Lei Federal nº 8.666/93;

9.5.4. Da Equipe Técnica Chave:

- a) As empresas interessadas na presente licitação deverão comprovar ainda que possuem mão-de-obra própria, com vinculação laboral ou de prestador de serviço, comprovada por meio de cópia do registro de empregado ou contrato de prestação de serviços, anterior à data da primeira publicação do aviso da abertura desta licitação, acompanhado da cópia do registro profissional, compatível com a realização do objeto desta Licitação;
- b) Comprovação de a licitante possuir em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional de nível superior com especialidade comprovada na área de Geoprocessamento, devidamente registrada no Conselho de Classe, responsável técnico e pela coordenação geral de trabalhos de complexidade, magnitude e semelhança aos do objeto desta Licitação, detentor de ART por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto desta Licitação;

9.5.5. Solução de Software Apresentada:

- a) Deverão ser apresentados pelas empresas licitantes os devidos contratos comerciais de representação do software proposto, devidamente registrados. Nesse caso deverá vir anexo também as devidas certidões, conforme item 9.5.5 -b.
- b) Caso a empresa Licitante seja detentora do Software proposto, a mesma deverá apresentar a respectiva certidão de Desenvolvedora do mesmo, registrada junto a órgãos competentes do segmento, reconhecidos nacionalmente e que atenda a Lei 8.666/93;





Estado de Mato Grosso

c) Todas as certidões e contratos descritos nos itens 9.5.5-a e 9.5.5-b, e deverão ter a sua data de emissão ou celebração anterior à' data da publicação desse edital.

9.6. Observações:

- **9.6.1** O objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.
- **9.6.2** Não serão aceitas certidões positivas de débito, exceto quando constar da própria certidão ressalva que autorize a sua aceitação (Positiva com Efeitos Negativos).
- **9.6.3** A documentação exigida no Título IX deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas Federal, Estadual e Municipal.
- **9.6.4** A aceitação dos documentos obtidos via *Internet* ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, se dúvida houver quanto à sua autenticidade, pelo Pregoeiro.
- **9.6.5** Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 60 (sessenta) dias entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.
- **9.6.6** Os documentos poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por tabelião na forma da lei, ou ainda, por publicação em órgão da imprensa na forma da lei, exceto a proposta, para a qual se observará o disposto no Título VIII.
- **9.6.6.1** As autenticações poderão ser feitas pela Equipe de Apoio ao Pregoeiro mediante cotejo da cópia com o original.
- **9.6.6.2** Na hipótese da apresentação de documentos originais, estes serão anexados ao processo licitatório.
- **9.6.7** Os documentos exigidos para habilitação, consoante o estabelecido no Título IX deste edital, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.
- **9.6.8** A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto no Título X inabilitará o licitante, sendo aplicado o disposto no subitem 11.1.11.
- 9.6.9 A licitante que declarar que cumpre os requisitos de habilitação e não os cumprir será





Estado de Mato Grosso

inabilitada e sujeita às penalidades legais.

- **9.6.10** Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.
- **9.6.11** Toda documentação apresentada à presente licitação, incluindo a proposta e seus anexos, deverá ser redigida em português.
- **9.6.12** Toda e qualquer isenção de impostos incidentes sobre os serviços reverterão em favor da Prefeitura Municipal de Nobres-MT.
- 9.6.13 Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de Terceiros, bem como por violação dos mesmos, suas consequências e efeitos jurídicos, são de responsabilidade da contratada que deverá responder pelos mesmos e defender a Prefeitura Municipal de Nobres-MT, em juízo ou fora dele, contra reclamações relacionadas ao assunto.

10. PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

10.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas licitantes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais se aceitará novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

10.2. Classificação das Propostas Comerciais

- **10.2.1.** Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.
- **10.2.2.** O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.
- **10.2.3.** Se não houver no mínimo 03 (três) propostas comerciais nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de





Estado de Mato Grosso

03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

10.3. Lances Verbais

- **10.3.1.** Aos licitantes classificados será dada a oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.
- **10.3.2.** Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio na sessão de Pregão, para definir a ordem de apresentação dos lances.
- **10.3.3.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 11.1. No julgamento e classificação, após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas, será adotado o critério de julgamento será o de MENOR PREÇO ITEM, observados os prazos máximos para fornecimento das especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital.
- 11.1.1. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de 10% (dez por cento) superiores poderão fazer novos lances verbais e sucessivos até a proclamação do vencedor.
- **11.1.2.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.
- **11.1.3.** Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste edital, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- **11.1.4.** O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.





Estado de Mato Grosso

- 11.1.5. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste Edital.
- **11.1.6.** Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- **11.1.7.** Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.
- **11.1.8.** Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- **11.1.9.** Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- **11.1.10.** Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido melhor preço.
- **11.1.11.** Constatado o atendimento pleno às exigências, será declarado o licitante proponente primeira colocada, com a menor proposta alcançada na fase de lance e após negociação *(se houver)* com o pregoeiro, bem como após análise da documentação acima, deverá apresentar a solução ofertada aos representantes da Prefeitura Municipal de Nobres/MT, a título de Prova de Conceito.
- 11.1.12. Se a proposta não for aceitável ou o licitante não atender às exigências habilitatórias ou Prova de Conceito, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do licitante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital.
- **11.2.** Da reunião lavrar-se-á Ata Circunstanciada da Sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes.





Estado de Mato Grosso

- 11.3. A licitante vencedora e aprovada na Prova de Conceito deverá apresentar nova planilha, com a recomposição dos preços apresentados na fase de lances verbais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, nos termos dispostos neste edital. A licitante que não enviar a recomposição dos preços dentro do prazo acima estipulado estará automaticamente desclassificada e será chamada a segunda colocada para negociação.
- **11.4.** Embora o pregão seja do tipo menor valor por item Lote único, o preço deverá guardar conformidade com o custo de mercado para o item, ou seja, deverá ser mantido o menor preço por item.
- **11.5.** Decididos os recursos ou transcorrido *in albis* o prazo para sua interposição, o Pregoeiro devolverá aos licitantes julgados desclassificados os envelopes "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".
- **11.5.1.** Os documentos de que trata o subitem anterior, ficarão à disposição dos interessados pelo período de 30 (trinta) dias, contados a partir da celebração do Contrato, findo qual, não procurados, serão destruídos.

12. REQUISITOS PARA ADESÃO A ATA DE RP

- 12.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização da Secretaria Municipal de Administração.
- 12.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras assumidas com o município de Nobres/MT e órgãos participantes.
- 12.3. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes. (DECRETO Nº 9.488, DE 30 DE AGOSTO DE 2018)





Estado de Mato Grosso

- 12.3.1. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. (DECRETO Nº 9.488, DE 30 DE AGOSTO DE 2018)
- 12.4. O processo de autorização de adesão à Ata de Registro de Preços, será competência do Secretário de Administração, que, somente autorizará adesões que obedeçam os seguintes requisitos:
- a) que exista disponibilidade do item solicitado;
- b) que instrua o pedido através de ofício, com as informações necessárias de acordo com a legislação vigente;
- 14.5. Para instrução do pedido de que trata a alínea "b", além das exigências constantes para o processo de autorização de adesão deverá ainda, conter as seguintes informações:
- a) número da ata e seu objeto;
- b) quantidade contratada;
- c) justificativa da necessidade de contratação do item solicitado;
- d) nome, cargo, telefone e setor do responsável pelo pedido de adesão à ata de registro de preço, para possíveis contatos;
- e) quantidades e itens aderidos anteriormente na referida ata;
- f) carta de concordância do fornecedor;
- g) justificativa da vantajosidade;
- 12.6. Cumpridos os requisitos formais para o processo de adesão à Ata de registro de preços, somente após parecer jurídico favorável a adesão, a Administração Municipal autorizará o pedido de adesão.
- 12.7. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador, Prefeitura Municipal de Nobres, por meio do Setor de Licitações através do e-mail <u>licitacao@nobres.mt.gov.br</u> ou pelo endereço Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Bairro Jardim Paraná, telefones: (65) 3376-4215.





Estado de Mato Grosso

13. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- **13.1.** Nos termos do artigo 43 da Lei Complementar 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme Item 9.3 deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 13.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.
- **13.2.** A não regularização da documentação no prazo previsto no item 13.1.1, implicará na preclusão do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.
- **13.3.** Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.
- **13.4.** Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- **13.4.1.** A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;





Estado de Mato Grosso

- **13.4.2.** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 13.4.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 13.3, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 13.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 13.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- **13.4.4.** Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos itens 13.4.1, 13.4.2 e 13.4.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- **13.4.5.** A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, observado o disposto no item 13.4.3.
- **13.4.6.** A microempresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar Federal nº 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação exigidos no art. 7º do Decreto Estadual nº 635/2007, a declaração de que não se encontra em nenhuma das situações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº123/2006. **(Anexo IV).**

14. IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

- **14.1.** Conforme previsto no art. 12 do Decreto 3.555/2000, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, sendo que tais impugnações deverão ser manifestadas por escrito, podendo ser protocolado o original, mediante recebimento da 2ª (segunda) via, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, sito à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/nº, Bairro Jardim Parana, em dias úteis das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou ainda, por meio eletrônico, através do email <u>licitacaonobresmt@hotmail.com</u> no prazo mencionado.
- **14.1.1** Caberá, ao Pregoeiro, decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme estabelecido no § 1º do art. 12 do Decreto nº 3.555/2000.





Estado de Mato Grosso

- **14.1.2** Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- **14.1.3.** As impugnações protocoladas intempestivamente serão desconsideradas.
- 14.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala da Comissão Permanente de Licitação.
- 14.3. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do Pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva Ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias, contados da lavratura da Ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 14.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.
- 14.5. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias.
- 14.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.7. O resultado do recurso será divulgado mediante comunicado a todos os licitantes via *fac-símile* ou correio eletrônico.
- 14.8. Ocorrendo impugnação ou recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei 10.520/02 e legislação vigente.

15. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.





Estado de Mato Grosso

15.2. Decididos os recursos porventura interposto e, constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

16. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

- 16.1. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente para fins de homologação.
- 16.2. No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão, serão adotados os mesmos procedimentos já previstos neste edital para adjudicação e homologação do resultado da licitação.
- 16.3. A autoridade competente homologará o resultado da licitação, convocando o adjudicatário a assinar o contrato dentro do prazo de vigência da proposta da empresa, e o mesmo terá prazo de no máximo 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município.
- 16.4. A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o contrato, retomar a sessão pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar, a licitação independentemente da cominação do artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 16.5. Decorrido o prazo do item 16.3, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente.
- **16.5.3.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global da respectiva proposta;
- **16.5.4.** Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 16.6. A multa de que trata o item 16.5.1 deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis,





Estado de Mato Grosso

a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

17. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1. A Ata de registro de preço terá **validade por 12 (doze) meses**, contada a partir da data de assinatura.
- 17.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade da Ata de, o Município de Nobres-MT não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora da Ata.
- 17.3. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da Secretaria de Fiscalização através das seguintes dotações orçamentárias, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas Notas de Empenho, Contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste Edital e ao que dispõe o artigo 62 da Lei 8.666/93 e alterações:

SECRETARIAS MUNICIPAIS	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
Secretaria de infraestrutura	469 - 08.001.15.452.0032.2053.3.3.90.39.1.500.0000000

18. **DO CONTRATO**

- 18.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por um contrato escrito, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres-MT e a licitante adjudicatária, regido pela Lei 8666/93, pelas condições deste Edital e demais normas pertinentes, cuja minuta foi submetida ao exame prévio da Assessoria Jurídica, ao qual constitui o **Anexo IX**, deste edital.
- 18.2. A licitante adjudicatária será convocada para formalização do contrato e terá o prazo de **até 05 (cinco) dias**, contados do recebimento da notificação, para assiná-lo, do qual farão parte o edital, a sua proposta de preço e Termo de Referência.





Estado de Mato Grosso

- 18.3. Se a licitante não assinar o contrato no prazo estabelecido, é facultado à Administração convidar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação.
- 18.4. O Contrato resultante da presente licitação só terá eficácia depois de aprovado pela autoridade competente e publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.
- 18.5. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas características e condições de habilitação apresentadas durante o processo licitatório. Essa regularidade é indispensável para a emissão das Notas de Empenho e assinatura do contrato.

19. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DO GERENCIAMENTO

- 19.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste edital, será exercida por funcionário de cada Secretaria Municipal, designado como Fiscal do Contrato nomeado mediante a portaria.
- 19.2. A fiscalização será exercida no interesse da Contratante e não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por conduta omissiva ou comissiva de seus agentes, nem implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 19.3. Não o bastante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Contratante reserva-se o direito de, sem que restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços e o cumprimento das obrigações trabalhistas e de encargos sociais, podendo para isso:
 - a) Observar o fiel adimplemento das disposições contratuais;
 - b) Ordenar a suspensão da execução dos serviços contratados se estiverem em desacordo com o pactuado, sem prejuízo das penalidades a que está sujeita a Contratada.
- 19.4. Quaisquer exigências da fiscalização inerente ao objeto do contrato deverão ser





Estado de Mato Grosso

prontamente atendidas pela Contratada.

20. DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 20.1. São motivos para a rescisão do contrato, os enumerados nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/1993.
- 20.2. No caso de rescisão do contrato, será obedecido o que estabelecem os artigos 79 e 80 da Lei 8.666/1993.
- 20.3. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado dará ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções previstas neste edital.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 21.1. Fornecer os serviços nas especificações e com a qualidade exigida.
- 21.2. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços fornecidos.
- 21.3. Manter, durante a validade do Contrato, as mesmas condições de habilitação.
- 21.4. Fornecer os serviços, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 22.1. Atestar nas Notas Fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto deste Contrato, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho.
- 22.2. Aplicar à detentora do Contrato penalidades, quando for o caso.
- 22.3. Prestar à detentora do Contrato toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução da Nota de Empenho.
- 22.4. Efetuar o pagamento à detentora do Contrato no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada, no setor competente.
- 22.5. Notificar, por escrito, à detentora do Contrato da aplicação de qualquer sanção.





Estado de Mato Grosso

23. DO PAGAMENTO

- 23.1. Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias contados da data da liberação da Nota Fiscal pelo setor competente, mediante depósito na conta bancária da detentora do Ata.
- 23.2. O valor total dos serviços contratados mediante emissão de Ordem de Serviços.
- 23.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
- 23.4. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país em 01 (uma) via.
- 23.5. O CNPJ da detentora do Contrato constante da Nota Fiscal e/ou fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
- 23.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora do Contrato enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

24. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PRAZO

- 24.1. Os protocolos e resultados dos estudos efetuados que deverão ser entregues na Secretarias.
- 24.2. Os serviços deverão obedecer a todas as normas técnicas e exigências inerentes aos mesmos, principalmente as constantes no projeto básico.
- 24.3. Os serviços em desconformidade com as especificações contidas neste edital serão rejeitados no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema em até 02 (dois) dias, sob pena de cancelamento da compra.
- 24.4. As notas fiscais não poderão ter rasuras e constar corretamente o item e número de empenho, o número do processo de compras e dados bancários para depósito.
- 24.5. As notas serão liberadas para pagamento somente quando acompanhadas do relatório de recebimento, devidamente assinado e carimbado pelo funcionário responsável.





Estado de Mato Grosso

25. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 25.1. O valor contratual ora pactuado será fixo e irreajustável durante a vigência do Contrato.
- **25.1.3.** Considera-se valor pactuado aquele atribuído aos serviços, incluindo todas as despesas e custos até à entrega do produto, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora do Contrato na execução da mesma.
- 25.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual), bem como no Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013.
- 25.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.
- 25.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.
- 25.5. Na ocorrência do preço definido em contrato tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o contratado visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.
- 25.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação aos serviços contratados e cancelará o Contrato, sem prejuízos das penalidades cabíveis.





Estado de Mato Grosso

- 25.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.
- 25.8. Quando o valor contratado tornar-se inferior aos praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu Contrato.
- **25.8.3.** A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do Contrato, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fornecedores, notas fiscais de prestação de serviços iguais ou similares, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.
- 25.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.
- 25.10. Preliminarmente, o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente contratados, dandose preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.
- 25.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará o Contrato liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.
- 25.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento no contrato, ao qual estarão as empresas vinculadas.
- 25.13. Na ocorrência de cancelamento do Contrato para o item, poderá o Gestor do Contrato proceder nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.
- 25.14. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por parte da licitante não produzirá efeito suspensivo durante o período de análise do pedido, devendo o detentor do Contrato





Estado de Mato Grosso

manter os prazos para entrega dos produtos ou prestação de serviços, sob pena de aplicação das penalidades dispostas neste edital.

26. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 26.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4o desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002.
- 26.2. Após o devido Processo Administrativo, a penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Estado.
- 26.3. Nos casos previstos no art. 7º da Lei 10.520/2002, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:
- **26.3.3.** Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30° (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato;
- **26.3.4.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;
- **26.3.5.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da empresa, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;
- **26.3.6.** Impedimento de licitar e contratar com o Município por período não superior a 5 (cinco) anos.
- **26.3.7.** A aplicação da sanção prevista no item 26.3.4, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 26.3.1., 26.3.2., 26.3.3., principalmente sem prejuízo de outras





Estado de Mato Grosso

hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

- 26.4. As sanções previstas nos itens 26.3.1., 26.3.2., 26.3.3., poderão ser aplicadas conjuntamente com o item 26.3.4., facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.
- 26.5. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 26.3., reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.
- 26.6. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

27. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 27.1. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:
- **Anexo I** Termo de Referência Especificação do Objeto;
- **Anexo II** Modelo de Proposta;
- **Anexo III** Modelo de Carta de Credenciamento;
- Anexo IV Modelo declaração de enquadramento como beneficiária da Lei Complementar n.º123/2006;
- **Anexo V** Modelo de declaração atendimento aos requisitos de habilitação (art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520);
- Anexo VI Modelo de não parentesco;
- **Anexo VII** Modelo de declaração em cumprimento ao imposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal do Brasil;
- **Anexo VIII** Modelo de Ata de Registro de Preço;
- **Anexo IX** Modelo da Minuta do Contrato.
- 27.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata





Estado de Mato Grosso

desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

- 27.3. A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.
- 27.4. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.
- 27.5. Na análise da documentação e no julgamento das propostas de preço, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.
- 27.6. Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.
- 27.7. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3° do art. 43 da Lei Federal 8.666/93.
- **27.7.3.** Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio;
- **27.7.4.** O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.
- 27.8. As decisões do Pregoeiro serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, quando for o caso, podendo ser aplicado o disposto no § 1º do art. 109 da Lei n.º 8.666/93 e divulgadas na Internet.
- 27.9. A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que





Estado de Mato Grosso

disciplinam a matéria.

- 27.10. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Nobres-MT revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.
- 27.11. A Prefeitura Municipal de Nobres-MT poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- 27.12. Na hipótese de não haver expediente normal no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.
- 27.13. Para atender a seus interesses, a Prefeitura Municipal de Nobres-MT, reserva-se o direito de alterar quantitativo, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos aos limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei Federal n.o 8.666/93.
- 27.14. Cópia deste instrumento convocatório estará disponível na *Internet*, nos endereços www.nobres.mt.gov.br/transparencia e também na página web da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, no endereço, podendo também, ser obtida junto ao Departamento de Licitações, no horário das 07:00h às 11:00h e das 13:00 as 17:00, até o último dia que anteceder a data prevista para abertura do certame.
- 27.15. As empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório se obrigam a acompanhar as publicações referentes ao processo nos sites www.nobres.mt.gov.br/transparencia e as publicações no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.
- 27.16. Os pedidos de esclarecimento sobre o edital poderão ser feitos através do e-mail licitacaonobresmt@hotmail.com.
- 27.17. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito
- 27.18. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres-MT, Estado de Mato Grosso, para solucionar





Estado de Mato Grosso

quaisquer questões oriundas desta licitação.

Nobres-MT, 31 de agosto de 2022.

QUEZIA DA ROSA FERREIRA Supervisora de Departamento





Estado de Mato Grosso

ANEXO I TERMO DE REFÊRENCIA

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 35/2022

1. OBJETO:

1.1. REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÕES GEOLÓGICAS ATRAVÉS DE SONDAGEM ROTATIVA, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos.

JUSTIFICATIVA E DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE

A região de Nobres possui muitas formações calcáreas, as quais eventualmente possuem dolinas, que são cavernas subterrâneas. Portanto, sondagens simples do tipo SPT são inadequadas para o projeto da fundação da ponte, sendo necessário sondagens do tipo rotativa. A sondagem rotativa é um tipo de investigação geotécnica destinada a solos que são impenetráveis ao SPT, como por exemplo, as rochas. Este ensaio é fundamental para a caracterização de perfis rochosos. A sondagem em questão será realizada na ponte sobre o rio Nobres, na avenida Filinto Muller. Para o dimensionamento geotécnico dessa fundação é necessária uma sondagem que adentre o maciço rochoso e permita obter suas características.

	CÓD.	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
		LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO, ESTUDOS GEOTÉCNICOS -				
3	356301-4	MOBILIZACAO DE PESSOAL E DE EQUIPAMENTOS, INCLUINDO O	un	4	R\$ 60.359,53	R\$ 241.438,15
		DESLOCAMENTO ENTRE PONTOS, PARA SONDAGEM ROTATIVA.				

2. DO FORNECIMENTO DO PRODUTO

- 2.1. O licitante contratado disporá do **prazo de 10 (dez) dias uteis** para entregar o objeto do presente Processo Licitatório, contados a partir da data da Autorização do Serviço.
- 2.2 Os serviços adquiridos por meio deste Pregão deverão ser realizados conforme este termo de referência, mediante ordem de serviço, expedida pela secretaria solicitante;





Estado de Mato Grosso

- 2.4 Se a entrega dos serviços não for realizada no prazo estipulado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.
- 2.5 No ato da entrega dos serviços, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente com as especificações entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

3. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E AJUSTE DA ATA

- 3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias após a entrega da Nota Fiscal.
- 3.2. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial SRP nº 35/2022).
- 3.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação;
- 3.4. Para que se proceda efetivamente o pagamento, a Contratada deverá seguir alguns procedimentos:
- 3.5. Fazer acompanhar da Nota Fiscal/Fatura, obrigatoriamente, todas as certidões de regularidade fiscal, já citadas anteriormente, devidamente vigentes:
- 3.6. A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei, e caso não apresente a efetiva documentação necessária, dentro do prazo legal; o recebimento ficará prejudicado podendo ser suspenso ou interrompido
- Independentemente das penalidades legais aplicáveis ao fato, até que a empresa regularize a situação.
- 3.7. O pagamento dar-se-á por intermédio de Ordem Bancária (OB) e em moeda corrente.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O Município convocará formalmente a licitante vencedora no prazo de validade de sua proposta, para assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que no prazo de até 05 (cinco) dias compareça para a devida formalização.





Estado de Mato Grosso

- 2. A Administração poderá, quando a proponente vencedora, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar a Ata, retomar a sessão pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar, a licitação independentemente da cominação do artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 3. Decorrido o prazo, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura da Ata, será ele considerado como desistente, ficando sujeito às sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente, conforme determina os artigos 86,87,88 da lei 8666/93.
- 4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global da respectiva proposta;
- 5. Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos; 4.3.3 A multa de que trata o item 4.3.1 deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 6. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços para os objetos deste certame será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada na forma da lei.
- 7. Na ata de Registro de Preço constarão todas as obrigações, direitos e deveres estabelecidos neste edital.
- 8. A minuta da ata de Registro de Preços, a ser assinada pelo licitante vencedor, compõe os ANEXOS, deste edital.

5. PREVISÃO LEGAL

- 1. A contratação do objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal na Lei Federal 10.520/02 e subsidiariamente na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
- 2. Os itens e quantidades deste termo de referência foram autorizados pelo seguinte secretário:

Nobres, 31 de agosto de 2022.





Estado de Mato Grosso

Rafael Roberto Botini Sec. Mun. De Infraestrutura





Estado de Mato Grosso

ANEXO II PREGÃO N.º 00____/2022 MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Sessão	Pública: _	//:	2022, à	s min.	
Local:	Prefeitura	Munici	pal de l	Nobres	

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Nome de Fantasia:	
Razão Social:	
CNPJ:	Optante pelo SIMPLES? (Sim/Não)
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
CEP:	E-MAIL:
Telefone:	Fax:
Banco:	Conta Bancária:
Nome e n.º da Agência:	

Passamos as mãos de Vossa Senhoria, nossa proposta de preço referente aos itens do objeto do Pregão Presencial SRP n° 35/2022, REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÕES GEOLÓGICAS ATRAVÉS DE SONDAGEM ROTATIVA, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT, conforme condições e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Para o fornecimento dos produtos, incluindo encargos e outras despesas inerentes, nosso preço total dos itens é de:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário		Valor Total
	o, conforme previs		eclara estar	ciente de	e todas as condições da
	a Proposta: 60 (seatrega:	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			

Carimbo da empresa/Assinatura do responsável





Estado de Mato Grosso

ANEXO III MODELO CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES-MT.

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 35/2022

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO

(Razão Social da Licitante)	, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º
, sediada à	, declara como
representante legal da empresa o(a) Sr(a)	, portador(a) da
carteira de identidade n.º, expedida por	, CPF nº
, no processo licitatório relativo ao PRI	EGÃO PRESENCIAL SRP Nº
35/2022, podendo rubricar a documentação de Habilitação	o e das Propostas, manifestar,
formular lances verbais em complemento à proposta escrita apr	resentada, quando convocado(a),
prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor	recursos, desistir de prazos e
recursos, assinar atas, enfim, praticar todos os atos inerentes ac	o certame para fiel cumprimento
do presente Credenciamento. (No caso de indicar representa	ante). ENTREGAR FORA DO
ENVELOPE.	
Por ser verdade, assino a presente.	
Local/Data, de de 2022.	
(Assinatura do Representante Legal pela	Empresa)

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

(Nome/Cargo e Carimbo CNPJ





Estado de Mato Grosso

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006.

(Razão	Social	da	Lici	tante)			,	inscrita	no	CNPJ
n.º		,	por	intermédio	de	seu	repre	esentante	legal,	o(a)
Sr.(a.)			, por	tador(a) da Ca	rteira d	e Identi	dade n	. 0		e do
CPF n.º			declara	, para fins do d	lisposto	no Edi	tal, do	PREGÃO	PRESE	NCIAL
SRP Nº 35	5/2022, sob	as sa	nções a	dministrativas	cabíve	is e sob	as pen	as da lei, qı	ie esta en	npresa,
na presen	te data, é b	enefic	ciária d	a Lei Complen	nentar	n.º 123,	de 200	06. DECLA	ARA ain	da, que
a empresa	está exclu	ída da	ıs vedaç	ões constantes	do par	ágrafo 4	4º do aı	t. 3º da Lei	Comple	mentar
supracitad	la.									
	Por ser ve	erdad	e, assin	o a presente.						
Local/Dat	a, de _			de 2022.						
		(Ass	sinatura	do Representa	ante Le	gal pela	a Empr	resa)		
			(N	Jome/Cargo e	Cariml	oo CNP.	J)			

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006.

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA





Estado de Mato Grosso

ANEXO V DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro/Equipe de Apoio, no momento do credenciamento das empresas fora dos envelopes n.º 01 e 02.

(Razão Social da Licitante)	, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º
, declara que, os produtos ofertados serão	entregues de acordo com as exigências
estabelecidas neste Instrumento Convocatório, bem con	mo nos termos do Inciso VII do artigo 4º
da Lei n.º 10.520/2002, cumprir plenamente os requ	uisitos de habilitação estabelecidos no
referido Edital. (Exigências para todos participantes). I	ENTREGAR FORA DO ENVELOPE.
Por ser verdade, assino a presente.	
Local/Data, de de 20)22.
(Assinatura do Representante Le	gal pela Empresa)
(Nome/Cargo e Carimb	oo CNPJ)







Estado de Mato Grosso

ANEXO VI DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

	(Razão	Social	da	Licitante)				inscrita	a no	CNPJ
n.º		, 1	or	intermédio	de	seu	represent	tante	legal,	o(a)
Sr.(a.)			_, por	tador(a) da Ca	arteira d	le Identi	idade n.º			e do
CPF n.º_		de	clara	, para fins do	dispost	o no Ed	ital, do PRI	EGÃO P	RESE	NCIAL
SRP Nº 3	35/2022, so	b as sanç	ões a	dministrativas	s cabíve	eis e sob	as penas da	a lei, que	esta ei	mpresa,
na prese	ente data, 1	não poss	ui pr	oprietário, só	cios ou	funcio	nários que	sejam	servido	ores ou
agentes 1	políticos do	órgão o	u enti	dade contrata	nte ou r	responsá	ivel pela lic	citação, l	em co	mo não
possui p	roprietário	ou sócio	que	seja cônjuge,	compar	nheiro o	u parente e	m linha	reta, c	olateral
ou por a	finidade, a	té o terc	eiro g	grau reta e co	lateral,	e por a	finidade, a	té o seg	undo g	grau, de
agente p	olítico do ć	orgão ou	entid	ade contratant	te ou re	sponsáv	el pela lici	tação.		
	Por ser	verdade,	assin	o a presente.						
	Local/D	ata,	de		_ de 20)22.				
		(Assir	natura	do Represent	tante Le	egal pel	a Empresa))		
			(N	lome/Cargo e	Cariml	oo CNP	J)			

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação.

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA





Estado de Mato Grosso

ANEXO VII DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 35/2022

Ilmo. Sr.
Pregoeiro e demais membros da Equipe de Apoio
Prefeitura Municipal de Nobres-MT
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 35/2022
Prezados Senhores,
(nome da empresa), CNPJ/MF nº, sediada em(endereço completo), por
intermédio de seu representante legal Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade
n° e do CPF/MF n°, DECLARA em conformidade com o § 2º do art. 32 da Lei nº
8.666/93, que não existem fatos supervenientes e/ou impeditivos a sua habilitação no presente
processo licitatório. DECLARA ainda para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no
8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não
emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega
menor de 16 (dezesseis) anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().
Local/Data: de de 2022.
(nome, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente,



Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n, Jardim Paraná CEP: 78.460-000 Nobres – MT (65) 3376-4200 – CNPJ 03.424.272/0001-07 www.nobres.mt.gov.br / faleconosco@nobres.mt.gov.br

em papel timbrado da empresa, devidamente identificado)



Estado de Mato Grosso

ANEXO VIII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2022.

Pelo presente instrumento particular, na sede da Prefeitura Municipal de, de um lado
o MUNICIPIO DE / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº, neste
ato representados pelo Prefeito Municipal, Sr, brasileiro, casado, agente
político, portador da RG sob o n.º
, e do outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob o
n.º, e Inscrição Estadual n.º estabelecida a, n.º, bairro
, cidade de, neste ato representada pelo Sr, portador do CIRG n.º
SSP/ e CPF n.º doravante denominada "PROMITENTE
FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei
$Federal\ n^o\ 10.520/2002,\ Decretos\ Municipais\ n^o\ 03/2006\ e\ 12/2010,\ e\ das\ demais\ normas\ legais$
aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 35/2022, para
REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as
disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições
seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

- 1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para Registro de preços para futura e eventual Prestação REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÕES GEOLÓGICAS ATRAVÉS DE SONDAGEM ROTATIVA, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT, PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 35/2022, para Registro de Preços.
- 1.2. Os serviços deverão ser entregues no município de Nobres-MT.
- 1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por lote conforme segue:





Estado de Mato Grosso

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.
- 2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais/serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
- 2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 35/2022, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

- 3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.
- 3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres-MT
- 3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
- 3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.
- 3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
- 3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou





Estado de Mato Grosso

inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA DOS PRAZOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

- 4.1. O prazo para prestação dos serviços é de 12 meses, serão realizados após ordem de serviço.
- 4.2. A aceitação dos serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta realização do serviço nos termo da Lei nº 8.666/1993.
- 4.3 Caso o serviço não esteja de acordo com as especificações exigidas, a secretaria solicitante não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.
- 4.4. Na hipótese da não aceitação do serviço, o mesmo deverá ser regularizado pelo contratado no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação.
- 4.5. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do serviço, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.
- 4.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES

- 5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:
- 5.1.1. Emitir o devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quando os serviços estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.5 da presente Ata.
- 5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do serviço em desacordo com as especificações.





Estado de Mato Grosso

- 5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;
- 5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;
- 5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;
- 5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.
- 5.2. Da Detentora da Ata:
- 5.2.1. Prestar os serviços nas especificações e com a qualidade exigida;
- 5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;
- 5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;
- 5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- 5.2.5. Prestar o serviço, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA DAS CONDICÕES DE FORNECIMENTO

- 6.1. O contrato de prestação de serviço decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.
- 6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo aqueles decorrentes estiverem previstos para data posterior à do seu vencimento.
- 6.3. Toda prestação do serviço deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.





Estado de Mato Grosso

- 6.4. A empresa contratada, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.
- 6.5 O deslocamento dos equipamentos, fretes, pessoal para montagem e desmontagem dos equipamentos e quaisquer encargos referente à prestação do serviço será de responsabilidade da empresa contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do Município de Nobres, conforme abaixo:

SECRETARIAS MUNICIPAIS	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
Secretaria de Infraestrutura	469 - 08.001.15.452.0032.2053.3.3.90.39.1.500.0000000

CLÁUSULA OITAVA DAS PENALIDADES

- 8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:
- a) Advertência;
- b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30° (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;
- c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;





Estado de Mato Grosso

- e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.
- 8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.
- 8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.
- 8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- 9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços, incluindo todas as despesas e custos com serviço ate o local onde será o mesmo realizado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.
- 9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.
- 9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.





Estado de Mato Grosso

- 9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.
- 9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.
- 9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.
- 9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
- 9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.
- 9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;
- 9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dandose preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.
- 9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata





Estado de Mato Grosso

de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

- 9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.
- 9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo "PROMITENTE FORNECEDOR", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.
- 10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:
- 10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;
- 10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- 10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;
- 10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;





Estado de Mato Grosso

- 10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;
- 10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.
- 10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.
- 10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

- 11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.
- 11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA





Estado de Mato Grosso

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 47/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº 35/2022 a proposta da empresa

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02,
Decreto Municipal nº 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas
aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO FORO
15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir
quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que
seja.
E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das
testemunhas abaixo.
Nobres – MT, de de 2022.
Nome
Contratante Contratada
Testemunhas:





Estado de Mato Grosso

ANEXO IX

MINUTA DE CONTRATO N.º /2022

É facultado à administração realizar a celebração de contratos, decorrentes do Sistema de Registro de Preços, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Que entre si celebram o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, e, de outro lado, a empresa ______, para a prestação de serviços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

1.1 - Este instrumento contratual fundamenta-se no Processo Licitatório através do Pregão





Estado de Mato Grosso

Presencial nº 35/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - Registro De Preço Para Contratação De Empresa Para Execução De Serviços De Investigações Geológicas Através De Sondagem Rotativa, Para Atender A Demanda Do Município De Nobres/MT, conforme termo de referência, anexo I deste edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO PRESENTE CONTRATO

3.1 - A CONTRATANTE paga	rá à CONTRATADA	pelos serviços	descritos na	cláusula
segunda, o valor de R\$, ser paga até 10 (dez)	dias, contados	da data de emi	issão da
nota fiscal, devidamente atestada	e assinada.			

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DO PRESENTE CONTRATO

- 4.1 O prazo de vigência do contrato terá início a partir de sua assinatura e seu término em ____ de _____, prorrogado se necessário mediante Termo Aditivo;
- 4.2 A licitante vencedora deverá prestar os serviços solicitados, em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES 5.1 - DA CONTRATADA

- 5.1.1 Entregar os serviços contratados, em estrita observância ao Edital e sua proposta.
- 5.1.2 Assumir inteira responsabilidade por todas as despesas diretas, indiretas e civis com a realização dos serviços.
- 5.1.3 Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar ao patrimônio da Licitadora ou a terceiros, quando da entrega do objeto deste Edital.
- 5.1.4 Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e quantificação exigidas nesta licitação.
- 5.1.5 Fazer no prazo previsto entre a assinatura do contrato e o início dos serviços, minucioso exame das especificações e projetos, de modo a poder, em tempo hábil e por escrito,





Estado de Mato Grosso

apresentar à Fiscalização todas as divergências e dúvidas porventura encontradas, para o devido esclarecimento e aprovação.

- 5.1.6 Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar à terceiros, em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores.
- 5.1.7 Comunicar à Prefeitura Municipal, por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimentos por motivo superveniente, que impeçam, mesmo temporariamente, a Contratada de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do Contrato, total ou parcialmente.
- 5.1.8 Colocar a disposição da Contratante durante a vigência do contrato no período de expediente da Contratante os serviços on-line e por meio eletrônico, e disponibilizar profissional de seu quadro para atender o objeto contratual a se fazer presente na sede do Município toda vez que solicitado pela Contratante.
- 5.1.9 Arcar com todas as despesas de deslocamento da sede da Contratada até a sede da Contratante, das despesas de hospedagem e refeições quando da permanência de seus consultores no município.
- 5.1.10 Permitir e facilitar a inspeção pela Fiscalização, inclusive prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução dos serviços.
- 5.9 Garantir durante a execução a proteção e a conservação dos serviços executados, até o seu recebimento definitivo.

5.2 - DO CONTRATANTE

- 5.2.1 Efetuar o pagamento na data aprazada no Contrato.
- 5.2.2 Fiscalizar a execução contratual.
- 5.2.3 Fornecer as informações, documentos e condições necessários à execução dos





Estado de Mato Grosso

serviços, objeto do contrato;

- 5.2.4 Comunicar a Contratada através de seu Departamento Competente com antecedência de 48 horas quando das reuniões as serem realizadas.
- 5.2.5 A fiscalização exercida pelo fiscal de contratos nomeado por portaria, terá em especial, poderes para suspender a execução os serviços que estejam em desacordo com a discriminação do objeto contratado.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

6.1 - Em conformidade com o art. 65, II da Lei 8.666/1993, caso sejam necessárias alterações no presente contrato, as mesmas serão objeto de estudo mútuo entre as partes, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA- DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

- 7.1 Os recursos financeiros para pagamento das despesas de que trata o presente contrato, são recursos próprios do Município;
- 7.2 Os recursos orçamentários para cobertura de despesas decorrentes do presente Contrato, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

SECRETARIAS MUNICIPAIS	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
Secretaria de infraestrutura	469 - 08.001.15.452.0032.2053.3.3.90.39.1.500.0000000

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1 Os valores do contrato serão pagos da seguinte forma:
- 8.1.1 Os pagamentos referentes aos serviços do objeto da licitação, serão realizados conforme emissão da nota fiscal, pelo período de vigência do contrato, iniciando-se, 10 (dez) dias corridos após a emissão da ordem de serviços e desde que sejam prestados os serviços contratados, obedecido o cronograma de desembolso apresentado pela Contratada por ocasião da licitação;
- 8.2 Os pagamentos efetuados à Contratada não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à prestação de serviços anteriores, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.





Estado de Mato Grosso

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E MULTAS CONTRATUAIS

- 9.1 Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de Nobres, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:
- a) **ADVERTÊNCIA** sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;
- b) **MULTA POR ATRASO** a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;
- c) SUSPENSÃO suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 9.2 Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 15 (quinze) dias corridos do indicado para o inicio da obra na ordem de serviços.
- 9.3 A sanção prevista na alínea "c", do subitem 9.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.
- 9.4 A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA HIPÓTESE DE RESCISÃO DO CONTRATO:

- 10.1 São motivos ensejadores da rescisão contratual, sem prejuízo dos demais motivos previstos em lei e neste instrumento:
- 10.1.1 O descumprimento de cláusulas contratuais ou das especificações que norteiam a





Estado de Mato Grosso

execução do objeto do contrato;

- 10.1.2 O desatendimento às determinações necessárias a execução contratual;
- 10.1.3 A prática reiterada, de atos considerados como faltosos, os quais devem ser devidamente anotados, nos termos do §1º do art. 76 da lei federal 8.666/1993;
- 10.1.4 A dissolução da sociedade, a modificação da modalidade ou da estrutura da empresa desde que isso venha a inviabilizar a execução contratual;
- 10.1.5 Razões de interesse público, devidamente justificados;
- 10.1.6 A subcontratação parcial ou total, cessão ou transferência da execução do objeto do contrato.
- 10.1.7 A rescisão poderá ocorrer também por ato unilateral, nos casos elencados no art. 78, inciso I a XII, da lei 8.666/1993;
- 10.1.8 As partes poderão, observada a conveniência segundo os objetivos da administração promover a rescisão amigável do contrato, através do próprio termo de distrato;
- 10.1.9 Fica acordado entre as partes que se a rescisão contratual ocorrer por interesse da CONTRATANTE, fica esta obrigada a comunicar por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

11.1 - Os preços dos serviços ofertados pela Licitante são fixos e irreajustáveis no período do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - Em exigência ao disposto no art. 55 § 2º da Lei 8.666/1993, as partes elegem, de comum acordo, o foro da comarca de Nobres - MT, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou pareça, ficando expressivamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação, seja à que título seja, considerada fora de sua jurisdição.





Estado de Mato Grosso

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1 - O presente contrato obedecerá à lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, aplicandose as sanções nela prevista, por qualquer descumprimento com as obrigações assumidas em decorrência do presente instrumento.

E assim por estarem justos e contratados, na forma acima, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas idôneas que presenciaram a tudo, comprometendo-se por si e seus sucessores legais, o fiel cumprimento de todos os dispositivos.

Nobres – MT, __ de _____ de 2022.

LEOCIR HANEL Prefeito Municipal Contratante

Empresa Contratada Nome do Representante Contratada





Estado de Mato Grosso

ANEXO X

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº XXX/XXX

A empresa, através de seu representante, atesta que o
Sr(a), portador(a) do RG nº,
responsável técnico da empresa, inscrita no
CNPJ sob o nº, com sede à (Rua, Av.)
UF (), em atendimento ao Edital do Pregão Presencial nº 35/2022, compareceu a Visita
Técnica efetuada nos locais de execução dos serviços, tendo analisado os documentos e
softwares existentes na prefeitura para execução dos trabalhos, estando portanto apta a
apresentar a proposta comercial para participação do certame.
Nobres-MT-MT,dede XXXX.
(Carimbo e assinatura)

